

APRESENTAÇÃO

DISCURSOS DE RESISTÊNCIA EM CENÁRIOS DE CRISE DEMOCRÁTICA: O CAMPO POLÍTICO

Resistance Discourses in Democratic Crisis Scenarios: The Political Field

DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-0

Israel de Sá*

Amanda Braga**

Jocenilson Ribeiro***

O cenário sócio-político global contemporâneo tem sido marcado por uma série de conflitos que sancionam a não centralidade do exercício do poder – pelo Estado ou pela classe dominante – e evidenciam as malhas que articulam a relação entre (micro)poderes e (micro)resistências. Desse modo, se parece ficar mais clara a pulverização das relações de poder, visibilizam-se também as práticas de resistência, que se inscrevem nos mais diferentes campos de formação e em distintos modos de manifestação e circulação: das políticas públicas aos interesses privados, da política institucional às artes, dos movimentos sociais às práticas educacionais. Neste cenário, no vasto campo dos estudos do discurso, que engloba distintas adjetivações implicadas pela diversidade das abordagens teóricas, a preocupação pelo tratamento e análise dos discursos políticos e sociais é clara, quase central. Ainda que algumas dessas abordagens não problematizem teoricamente as resistências, não tenham em seu cerne

* Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). ORCID: 0000-0002-5014-6636. E-mail: israeldesa(AT)ufu.br.

** Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba com período co-tutelar na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Adjunta do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba – Campus I. ORCID: 0000-0001-6026-5017. E-mail: braga.ufpb(AT)hotmail.com.

*** Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus São Cristóvão. ORCID: 0000-0001-8716-5059. E-mail: jonuefs(AT)gmail.com.

uma conceituação da resistência frente às manifestações de poder, em todas elas a abordagem analítica das práticas de resistência é reveladora.

Para Michel Foucault, por exemplo, o discurso é o lugar em que se exerce o jogo estratégico do poder, a partir do qual os sujeitos são construídos enquanto efeito e, ao mesmo tempo, enquanto instrumentos de uma relação perpétua e recíproca entre poder e resistência. Tal relação, nesse sentido, pulverizada em micro-lutas cotidianas em torno das quais os sujeitos se digladiam, deflagra o funcionamento de lutas antiautoritárias, que emergem em combate a um poder que impõe aos indivíduos uma lei de verdade: são lutas contra as “formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão)” (FOUCAULT, 1995, p. 234)¹.

Essa compreensão de que as formas de poder se manifestam em microrregiões no interior de diferentes esferas sociais permite apreender sua relação recíproca com as possibilidades de reagir, de modo a não implicar um quadro no qual o poder apenas reprime e anula as mais diversas maneiras de resistência. Inscritos no corpo social (e histórico), poder e resistência estão imbricados e em constante movimento e transformação, ou seja, as práticas de resistência estão articuladas às relações de poder, não são “um fora” que a elas se opõem, ao contrário, inscrevem-se como um vetor das relações de força: “[...] nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder” (FOUCAULT, 2006, p. 277)².

Já Michel Pêcheux, por seu turno, não nos apresenta, é certo, uma reflexão teórica que problematiza as formas e possibilidades de resistência, mas nos dá pistas, especialmente na sua crítica ao assujeitamento total do sujeito, do modo como é possível contornar (ou “falhar”) esse processo. Em seu famoso texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês*:

¹ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

² FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foucault**: ética, sexualidade e política (Ditos & Escritos V). Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-287.

*início de uma retificação*³, ele retorna à chamada "Tríplice Aliança" que constitui a base da Análise do Discurso, articulando a Linguística (Ferdinand de Saussure), o Marxismo (Louis Althusser) e a Psicanálise (Jacques Lacan), para problematizar a inscrição dos sujeitos, em especial o proletário, na luta de classes e, por vezes, sua adesão ao discurso dominante, burguês; no lapso e no ato falho, que permitem a falha da interpelação ideológica e a inscrição da contradição, pode estar a "origem" da resistência e da revolta (PÊCHEUX, 2009, p. 278). A despeito da crítica que atribui a Michel Foucault devido a um suposto "embaraço com respeito à psicanálise e ao marxismo" (2009, p. 278), Pêcheux – e mais tarde Jean-Jacques Courtine⁴ – encontra nesse filósofo, que problematiza e historiciza a relação saber-poder[-resistência] além dos processos de subjetivação, possibilidades de deslocar a forma-sujeito e sistematizar "aquilo que falha", mostrando que "não há dominação sem resistência".

Essas formas de resistência se inscrevem, assim, em cenários teóricos e políticos diversos e se utilizam de diferentes problematizações e estratégias para flagrar e fazer frente ao poder imposto, trabalhando em prol de uma desmistificação dos lugares de verdade e de identidade. No cenário contemporâneo, solapado por uma crise democrática em diversas partes do mundo, a atuação dos movimentos sociais, dos grupos minoritários ou mesmo de iniciativas isoladas, é um fértil terreno para análise desses focos de resistência, notadamente visíveis no embate entre os discursos que trabalham pela consolidação dos direitos humanos e democráticos universais, e aqueles que insistem na manutenção das formas de dominação, exploração e submissão, levando em consideração, ainda, que esses dois polos, na maioria dos casos, não se dão a ver de forma estática, mas no interior de uma racionalidade móvel. São lutas travadas ordinariamente em escala global, em distintos meios e esferas, exigindo-nos uma análise ascendente das resistências: suas estratégias e seus mecanismos de aplicação em meio a estados de crise.

Assim, no sentido que aqui tomamos das práticas de resistência, resiste-se por meio de grandes manifestações, de amplos movimentos sociais, mas não apenas. Resiste-se,

³ *In*: **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009. p. 269-281.

⁴ Cf. COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

cotidianamente, às mais diversas formas de repressão e busca de submissão: à imposição de políticas públicas que restringem direitos aos mais vulneráveis economicamente, às regulações e normalizações das sexualidades, às diferenciações e violências de gênero, raça, etnia, aos modos de regulação da vida impostos pela sociedade capitalista etc. É, então, papel do analista de discursos compreender as práticas históricas de resistência e sua relação com o presente e, com isso, inscrever-se também numa prática possível de enfrentamento.

Foi pensando nessa dinâmica (teórica, política) que propusemos considerar essas diferentes abordagens a fim de refletir sobre os **discursos de resistência em cenários de crise democrática**. Neste número, especificamente, selecionamos um conjunto de textos que tratam das práticas de resistência no **campo político**, tomando-o no seu aspecto mais amplo, que engloba tanto a política institucional (oficial) quanto aquela mais pulverizada, marcada pelas lutas de grupos minoritários, frequentemente submetidos às mais diversas formas de submissão; trata-se, por fim, como nos mostra Pelbart (2017, p. 96)⁵, de por acento nas lutas atuais tomadas como um princípio ético, que se deslocam "da natureza das instituições" para a "forma desejável de vida", as "ideias sobre o que é viver".

Passamos então à apresentação dos artigos e ensaios.

No artigo que abre a seção, *Resistir ao "Future-se": a autonomia universitária ameaçada*, Kátia Menezes de Sousa e Fábio Gaio inserem-se na problemática do poder proposta por Michel Foucault para refletir sobre a proposição pelo Ministério da Educação do Programa "Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras", conhecido como "Future-se". Considerando a capilaridade das relações de poder, que inscreve sua relação com as resistências, os autores analisam as condições de emergência dessa proposta e a rede enunciativa na qual se inscreve, posto que articulada a uma rede discursiva que constrói a soberania do modo empresarial de gerir as instituições, inclusive as públicas, e a vida cotidiana. Nesse aspecto, mostram o modo como esses discursos integram um dispositivo de saber-poder para o controle da população.

Em *O enunciado discursivo "Intervenção militar já" nas redes sociais: confrontos e resistência*, Rosiene Aguiar Santos e Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes propõem a análise do

⁵ PELBART, Peter Pál. Aos nossos amigos. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (Org.). **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?** São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.

enunciado "Intervenção militar já" que, desde as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, estão presentes em diversas manifestações dos grupos de extrema-direita. Ancoradas no arcabouço teórico de Michel Pêcheux, em diálogo com a História e os estudos sobre o discurso digital, analisam o funcionamento desses enunciados em redes sociais, especialmente no Facebook, e mostram o modo como essa formulação atualiza sentidos do período militar dos anos 1960 e 1970 "com predomínio de duas posições-sujeito: uma de apologia ao militarismo, com efeitos de apagamento dos sentidos de ditadura; outra de repúdio e resistência à intervenção militar, devido aos efeitos de memória de que a ditadura jamais deve voltar".

Na sequência, em *Ideologia, memória, sentido: reflexões acerca do enunciado "Não pense em crise, trabalhe" e suas (re)atualizações em discursos de resistência*, Evandra Grigoletto e Fabiele Stockmans De Nardi também se filiam ao arcabouço teórico de Michel Pêcheux e seu grupo para analisar o funcionamento discursivo de outro enunciado proeminente de nosso tempo: "Não pense em crise, trabalhe". Considerando sua emergência, as autoras se valem das noções de ideologia, memória e resistência para analisar os sentidos de "trabalho" e "trabalhador" que estão inscritos neste enunciado e suas (re)atualizações em discursos de resistência. Grigoletto e De Nardi observam, nesta formulação, a emergência de um enunciado dividido, conforme proposição de Jean-Jacques Courtine, uma vez que mobiliza duas formações discursivas antagônicas e, com isso, permite tanto a visibilização da ideologia dominante quanto o furo nessa ideologia, ou seja, a resistência.

O artigo intitulado *Análise de discurso de filiação francesa: alguns discursos na polarização ideológica no Brasil*, de Alencar Guth, trata da acentuada polarização política que se deu a ver no Brasil no período de eleições presidenciais em 2018. Ancorado nos fundamentos da Análise do Discurso de filiação francesa, o autor analisa a produção de discursos de grupos que deram visibilidade a essa polarização, mostrando, por exemplo, a produção de efeitos de sentidos decorrentes da apropriação da bandeira nacional e da formulação "ordem e progresso" por grupos de direita e extrema direita e a atualização desses enunciados pelo polo oposto, que permite os deslizamentos de sentidos e a própria resistência.

Em seguida, em *O silenciamento (do) político de Julian Assange na mídia nacional*, Carlos Eduardo de Freitas Barbosa e Thiago César da Costa Carneiro propõem analisar a repercussão midiática, em jornais da imprensa brasileira, do dia da prisão de Julian Assange, fundador do

site *Wikileaks*, em abril de 2019. Por meio do arcabouço teórico formulado por Michel Pêcheux e seu grupo e da atualização teórica proposta por Eni Orlandi, exploram nesses textos aspectos como silenciamento e formações imaginárias associados à figura de Assange. No intuito de compreender o espaço virtual e o capital como reguladores de sentidos, os autores mostram que o silenciamento político e do político no discurso midiático reconfiguram a imagem do capital e do próprio político.

No artigo *Divisões nos sentidos de mulher: argumentação, enunciação e político*, Renata Ortiz Brandão faz uma análise semântico-argumentativa da palavra *mulher* em diferentes materialidades enunciativas, capturando dois tipos de dizeres. Por um lado, a autora analisa o dizer da senadora do PSL Soraya Thronicke, presidente do grupo PSL Mulher, e, por outro, o dizer da Rede NAMI, uma ONG formada por grafiteiras que propõe ações para o combate da violência de gênero e para o desenvolvimento do protagonismo social da mulher. Seu objetivo é estabelecer uma reflexão sobre o político no funcionamento da linguagem a partir de uma posição materialista, no intuito de compreender as divisões de sentido na tomada da palavra. Para a autora, tal tomada da palavra se dá no confronto entre os diferentes lugares em que os falantes são agenciados a dizer, bem como entre filiações a posições ideológicas distintas.

Outro artigo que vai trazer uma discussão em torno da mulher na política intitula-se *Discurso da mulher política na política dos homens: resistências, representatividade e empoderamento*, de autoria de Geisa Fróes de Freitas. Seu objetivo é refletir sobre o discurso da mulher política na esfera da política dos homens, pois, segundo ela, no Brasil, a representatividade feminina na vida pública ainda é mínima, devido à exclusão histórica das mulheres na esfera pública e na política. Ancorada no marco teórico-metodológico da Análise do Discurso derivada das ideias de Michel Pêcheux e Jean-Jacques Courtine, ela analisa enunciados materializados numa semiologia da língua e da imagem buscando compreender o modo como é constituído socio-historicamente o discurso da mulher política na política predominantemente marcada pela presença de homens. Analisando postagens da candidata baiana Alice Portugal à prefeitura de Salvador-BA, pleito 2016, na sua página oficial do Facebook, a autora sustenta que “a política das mulheres, por estar ainda socialmente inscrita na política patriarcal, revela uma construção discursiva de resistência, de luta em busca do empoderamento e da representatividade feminina nos espaços de poder”.

Ainda nessa linha de análise, em que se tem a mulher como sujeito político, Ângela Paula Nunes Ferreira, Douglas de Oliveira Domingos e Regina Baracuh, no artigo ***A constituição do sujeito ativista de Direitos Humanos em comentários virtuais sobre a morte de Marielle Franco***, vão vasculhar a página oficial do Facebook da vereadora carioca capturando comentários de aliados, críticos e propagadores de *fake news*. À luz dos estudos discursivos foucaultianos e de um olhar arqueogenealógico, os autores analisam a constituição do sujeito ativista dos Direitos Humanos a partir do acontecimento discursivo *morte de Marielle Franco*, tendo como documento desencadeador de comentários uma *nota de pesar* publicada pelo “PSOL Carioca” na página da vereadora. Como resultado, os autores destacam duas regularidades discursivas que apresentam posicionamentos sociais opostos acerca do sujeito ativista de direitos humanos: ora como “defensor de bandidos”, ora como “guerreiros”.

No artigo ***Corpos, violências, silenciamentos: o discurso sobre a transgeneridade***, André Cavalcante traz duas matérias postadas em meios digitais: uma sobre a peça *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*, quando houve sua interdição no Festival de Inverno de Garanhuns (PE), e outra sobre um assassinato de uma travesti em São Paulo (SP). Seu objetivo é analisar a relação entre os silenciamentos e a resistência do/sobre o corpo trans no espaço virtual. Neste artigo, ele nos conduz ao entendimento do modo como funcionam as disputas de sentidos sobre as corporeidades trans através da fundamentação teórica da Análise do Discurso materialista. Parte-se do pressuposto de que, na discursividade virtual, pela ilusão de que tudo se poder dizer, os sujeitos produzem discursos em consonância com a causa trans ou discursos de ódio que deslegitimam, silenciam e deslocam sentidos sobre estes corpos.

No texto ***A multimodalidade como ferramenta de inclusão no jornalismo científico***, Luana Macieira Barbosa abordará a constituição multimodal de matérias da revista *Pesquisa FAPESP*, cujas páginas são compostas por notícias formadas por textos, imagens, gráficos e fotos. Seu objetivo é refletir sobre o modo como a multimodalidade se faz presente no discurso de jornalismo científico. A autora se pauta nas noções de poder e discurso de Maurizio Gnerre e Norman Fairclough para empreender suas análises. Ela afirma que “no atual cenário de crise democrática, o jornalismo científico utiliza recursos multimodais para tornar os textos mais inteligíveis, funcionando como ferramenta de inclusão e auxiliando para que o discurso da

ciência não seja usado como elemento de poder por aqueles que o produzem nos laboratórios, institutos de pesquisa e universidades”.

Já os autores Rafael Venancio e Oriana de Nadai Fulaneti, no artigo *Em nome do pai: a nova ordem do poder*, articulando conceitos do campo jurídico e da Análise do Discurso francesa, analisam uma decisão judicial, tomada por uma desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em que se permitiu que a deputada estadual Ana Caroline Campagnolo mantivesse seu canal informal de denúncias contra *professores doutrinadores*. O objetivo é investigar as marcas discursivas presentes no texto decisório que levam a inferir que a decisão em tela se coaduna com as ideologias que caracterizam o governo do presidente Jair Bolsonaro e, no limite, incentivam que se vigiem e punam professores por expressarem resistência à nova ordem política.

Para finalizar a seção de artigos, Marcos da Veiga Kalil Filho propõe um debate fundamental para os dias atuais. No artigo intitulado *Por que os direitos humanos não vingaram no Brasil? Contribuições da Semiótica discursiva para um debate civilizatório*, o autor é categórico ao afirmar que a questão dos Direitos Humanos não tem dado certo no Brasil. Sob o prisma da semiótica discursiva greimasiana, Kalil Filho analisa as estratégias enunciativas de figuras públicas, veículos de comunicação e outros atores sociais importantes na construção da ampla compreensão dos Direitos Humanos. Ele então questiona os valores em voga nos discursos midiáticos sobre a compreensão do humanismo no cenário do debate civilizatório, descrevendo a passionalidade como dispositivo ético e estético que atravessa o estado de coisas avesso aos Direitos Humanos.

Na seção de ensaios, o texto *A autocrítica como desafio ético-político de resistência no contemporâneo*, de Décio Rocha, propõe uma discussão acerca dos ataques que vem sofrendo as ciências humanas na atualidade diante de uma forte perspectiva neoconservadora inscrita e fortalecida no âmbito neoliberal. O autor, em seu percurso reflexivo, mostra o modo como as transformações pelas quais passam as humanidades representa uma ameaça ao funcionamento do capitalismo financeiro e às formulações antidemocráticas. Nesse sentido, a reflexão centra-se no plano micropolítico, com ênfase em práticas escolares de resistência, e "aponta a necessidade de uma autocrítica como exercício ético de responsabilização face ao desgaste das esquerdas".

Na sequência, o ensaio *Interseccionalidade: um estudo sobre a resistência das mulheres negras à opressão de gênero, de raça e de classe*, de autoria de Eunice Léa Moraes, vai apresentar três categorias sociais de análise no plano epistemológico do pensamento feminista negro: os temas da interseccionalidade, da resistência e da libertação que constituem a luta política das mulheres. Trata-se de um ensaio cujo objetivo é destacar, nas bases epistemológicas do pensamento feminista negro, a resistência das mulheres negras às opressões que elas têm vivenciado ao longo da história. Fazendo uma cuidadosa leitura das bases do materialismo histórico-crítico, a autora vai construir uma reflexão a partir da seguinte questão: “como a formação da consciência crítica de classe, a identidade de gênero e o pertencimento étnico-racial têm constituído a resistência das mulheres negras contra a opressão interseccional de gênero, raça e classe no contexto da luta de classes?”

Por fim, Sandro Ari Andrade de Miranda e Michele Neves Meneses, no ensaio *A luta dos povos originários por reconhecimento*, que fecha este número temático, vão defender que a luta por reconhecimento destes povos faz parte do processo de luta discursiva, com ênfase na proteção da sua cultura e território. Seu objetivo é apresentar uma leitura de uma parte do processo histórico e discursivo de reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos indígenas. Com base no pensamento do cientista social alemão Axel Honneth, ambos aportam o conceito de *reconhecimento* entendendo-o como processo e resultado de lutas discursivas coletivas, o que vai diferir do intelectual alemão que o toma como um processo individual. Os pesquisadores entendem que a principal estratégia adotada pelos agentes coletivos que buscam a sua afirmação é a construção de estratégias discursivas na esfera pública, o que inclui a articulação identitária de grupos subalternizados na narrativa histórica de seus países.

Esperamos, com este conjunto de textos, contribuir para uma reflexão acerca da política contemporânea e, mais especificamente, sobre as lutas antiautoritárias. Do mesmo modo que Foucault entendida a filosofia como um contrapoder⁶, buscamos deslocar este nosso trabalho, com a contribuição inequívoca dos autores dos artigos e ensaios, da simples prática acadêmica para o interior das formas de resistência; isto porque tratar a política e as lutas antiautoritárias de uma perspectiva teórica das ciências humanas é, sem dúvida, colocar-se na resistência.

⁶ Cf. RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio. É inútil revoltar-se. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio. **Michel Foucault e as insurreições**: é inútil revoltar-se? São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.